



**ATA N.º 26**

**10-10-2018**

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a vigésima sexta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo.

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.-----

A Sr.ª Vereadora Noémia Ramos no período de 26 de setembro a 09 de outubro, desenvolveu as seguintes atividades:

- Atendimento aos munícipes;
- Acompanhamento dos processos de intervenção social dos programas sociais do SASS e de SAE;
- Acompanhamento e monitorização dos processos de integração dos colaboradores dos contratos de emprego inserção e emprego inserção + e GIP;
- Monitorização dos trabalhos do Gabinete Municipal de Proteção Civil;
- Apresentação da adesão do Município de Cuba ao Ano Nacional da Colaboração, com dois workshops na área da Proteção Civil sobre “Utilização de Extintores” e “Suporte Básico de Vida”, direcionados à comunidade educativa, visando a colaboração das entidades locais e promovendo a máxima do programa “Colaborar faz a diferença”;
- Participação nas atividades da Semana Sénior 2018: Caminhada pelo Alzheimer; Concerto da Banda Filarmónica em Faro do Alentejo; Roteiro do Património Cultural de Vila Alva; Exposição “Os meus Trabalhos” dos utentes das Santas Casas da Misericórdia (SCM) do concelho; Atelier de pintura e jogos tradicionais; À conversa com os técnicos das SCM sobre o processo de institucionalização e de acolhimento e prevenção de maus-tratos; Passeio de Barco “Nas margens do Alqueva”, FIT Sénior em Barrancos e “À tarde com a cultura” em Vila Ruiva, onde estiveram envolvidas mais de 300 pessoas seniores e diversas entidades e pessoas em nome individual do concelho, cuja finalidade foi comemorar a idade sénior e promover o envelhecimento ativo no concelho de Cuba. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga perguntou ao Sr. Presidente para quando é que está prevista a abertura da Piscina e se não se poderia ter pensado noutra data para esta intervenção.

O Sr. Presidente da Câmara informou que as obras irão ter início em novembro e têm um prazo previsto de 3 meses para a sua conclusão. Quanto à oportunidade, teve a ver com a candidatura.

**BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2018: € 208 178,51.** -----

**ORDEM DO DIA.** -----

**1. AGC - ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE PISTA DE GALGOS E DE MATERIAL. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS.** -----

Solicita a A.G.C. Associação Galgueira de Cuba a cedência da Pista de Galgos para realização de uma Corrida de Galgos no próximo dia 14 de outubro de 2018, no horário compreendido entre as 09h00 e as 14h00; a cedência de algum material habitual, designadamente 6 mesas e bancos, a ligação elétrica, a montagem de um toldo para o bar, regularização da pista, o uso das casas de banho ...; a emissão de licença especial de ruído; a isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 192/2018, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

- a) Tomar conhecimento da cedência do material e da Pista, e de que a mesma, sendo, de acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, competência da Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, foi delegada no Sr. Presidente da Câmara; -----
- b) Emitir a licença especial de ruído nos termos do disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----
- c) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 17,21 o valor das taxas sobre as quais incide o pedido de isenção. -----



-----

**2. SÉRGIO JOAQUIM OLIVEIRA MIRA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO EM DIVIDA.** -----

Solicita o Sr. Sérgio Joaquim Oliveira Mira, na qualidade de arrendatário da habitação social sito na Rua António Maria Fialho Ildefonso, n.º 18, em Cuba, o pagamento das rendas de habitação que estão em divida, em prestações mensais de € 10,00, em simultâneo com a renda do mês, e que lhe seja retirado o agravamento, alegando dificuldades de ordem financeira. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente. -----

-----

**3. MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES PIMENTÃO. PEDIDO DE ALUGUER DE BANCA DE PEIXE NO MERCADO MUNICIPAL.** -----

Solicita a Sr.ª Maria da Conceição Gonçalves Pimentão, o aluguer da banca de peixe n.º 6, no Mercado Municipal, a partir do mês de outubro. -----

De acordo com o disposto no artigo 9.º do Regulamento do Mercado Municipal, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a atribuição das bancas e lojas do mercado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 196/2018, da Subunidade Administrativa, segundo a qual a banca n.º 6 se encontra disponível, deliberou deferir a pretensão da requerente. -----

-----

**4. ANA MAFALDA DA COSTA TAVARES. APOIOS SOCIAIS – ANULAÇÃO DO APOIO ATRIBUÍDO PARA PAGAMENTO DE FATURA DE ELETRICIDADE.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 89/2018, do SASS, acompanhando a proposta em título, que retrata da seguinte forma: -----

"Na reunião de câmara de 09 maio de 2018, foi atribuído à Sr.ª Ana Mafalda da Costa Tavares apoio para pagamento de fatura de eletricidade, no valor de 67,32€. -----

Após várias tentativas para contactar a munícipe, no sentido de esta se dirigir à autarquia, não se conseguiu obter resposta por parte da mesma. Assim, e visto já terem



passado quatro meses desde a atribuição do referido apoio, solicita-se a anulação do apoio atribuído. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação, deliberou determinar a anulação do apoio atribuído para fatura de eletricidade no valor de 67,32€ à munícipe Ana Mafalda da Costa Tavares, em conformidade com o regulamento municipal de apoios sociais em vigor. -----

**5. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO MUNICÍPIO COM O PROGRAMA ECO-ESCOLAS. ANO LETIVO 2018/2019.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 26 /2018, do SAE, cujo conteúdo se transcreve: A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), sem fins lucrativos, dedicada à Educação para o Desenvolvimento Sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais. -----

O Programa Eco-Escolas é uma iniciativa de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, desenvolvida pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). -----

No presente ano letivo a Escola Básica Fialho de Almeida de Cuba tem intenção de fazer novamente a inscrição no Programa ECO-ESCOLAS. -----

De modo geral, as Escolas da rede pública concorrem ao Programa tendo as autarquias como entidades parceiras dentro das disponibilidades e recursos disponíveis destas, contribuindo para a implementação do plano de ação do Programa. -----

Para estabelecer a parceria é necessário que o Município concorde em ser parceiro e caso entenda estabelecer essa parceria, deve declarar o compromisso com o programa, de acordo com o modelo constante do *anexo 2*, pelo que se remete à Câmara a devida documentação. -----

Mais se informa que o encargo financeiro a suportar pela inscrição no programa, é de 70€, destinados à inscrição e atribuição da Bandeira Verde da escola no Programa. -----

Face ao exposto, deverá o Órgão executivo deliberar sobre a intenção de compromisso do Município com o Programa Eco-Escolas para o ano letivo 2018/2019 e, caso pretenda assumir o compromisso com o Programa Eco-Escolas, deverá ser assinada a respetiva

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin. At the top, there are two small '+' signs. Below them is a large signature. Further down, the name 'Nae R' is written, followed by 'Mafalda' and another signature.

declaração, que se anexa. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou assumir o compromisso com o Programa Eco-Escolas para o ano letivo 2018/2019, assinando a respetiva declaração. -----

**6. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. APOIO PARA ALIMENTAÇÃO (CANTINA ESCOLAR) E LIVROS/MATERIAIS ESCOLARES. ANO LETIVO 2018/2019. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2018 do SAE, dando conhecimento de que foram recebidos 5 pedidos para os apoios em epígrafe, (1 da Educação pré-escolar e 4 do 1.º Ciclo). -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados, atendendo aos motivos apresentados (alunos de itinerância de cariz cultural). -----

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Assim, têm direito aos apoios em cantina, livros e/ou materiais escolares os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar) e II (1.º Ciclo), anexos a esta informação e que dela fazem parte integrante. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 1.087,70€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2018/2019 o valor estimado será de 328,50€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 100€. -----

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à "Papeleria Articor", por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada na



respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, no que respeita a alimentação e atribuição de auxílios económicos para livros/materiais escolares a estudantes, para ano letivo 2018/2019, deliberou considerar os pedidos atribuindo os apoios aqui solicitados. -----

## 7. PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÃO DE IMT – JOVENS AGRICULTORES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 84/2018, do SAJAI, enquadrando o pedido de parecer em título. -----

Foi-nos solicitado pela Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviços de Finanças de Cuba parecer sobre o pedido de isenção de IMT para Jovens Agricultores, que a seguir se transcreve: -----

Venho por este meio solicitar emissão de parecer vinculativo sobre a comprovação do preenchimento dos requisitos atribuídos à candidatura de jovens agricultores concedido pelo Decreto-Lei 81/91 de 19/02, para efeitos de isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas, nos termos da alínea j) do artigo 6º do IMT, referente à aquisição, dos prédios rústicos inscritos sob o artigo 69-K e 78-K, da freguesia de Cuba, pelo requerente João Pedro Carvalho Amado, NIF 239906527, conforme documentos dos quais se junta fotocópia.

Eu, João Pedro Carvalho Amado, 32 anos, solteiro, com o cartão cidadão n.º 12946259 4ZX8 e contribuinte fiscal nº 239906527, residente em Estrada da Circunvalação, 7960-212 Vidigueira, Portugal, na qualidade de Jovem Agricultor, com o número de beneficiário do IFAP, 9237264, e com código do projeto submetido PDR2020-312-048802, no âmbito do programa de apoio ao investimento PDR 2020, medida 3.1.2 – Investimento de Jovens Agricultores na exploração + Jovens Agricultores, Anúncio 02/ Ação 3.1.2/ 2018, informo V. Ex.ª que pretendo adquirir para primeira instalação o prédio rústico denominado Cruzes, com a área de 6,63 ha, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Cuba, concelho de Cuba, sob o artigo n.º 69 da secção K, e o prédio rústico denominado Malpica, com a área de 1,55 ha, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Cuba, concelho de Cuba, sob o artigo n.º 78 da secção K, como comprovam o contrato e caderneta predial em anexo, pelo montante global de 95'000,00€ (noventa e cinco mil euros), assim, venho pelo presente requerer a V. Ex.ª, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 287/ 2003, de 12 de novembro, que estabelece o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, por se tratar de uma operação nos termos da alínea j) do artigo n.º 6, do referido Decreto-Lei, emissão de parecer favorável à isenção do pagamento do IMT.

Quid júris? -----



O IMT, ou Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, é um imposto que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional (vide n.º 1 do art.º 2.º do Código do IMT, doravante CIMT). -----

Estabelece o art.º 6.º deste código, na sua alínea j) que *“Ficam isentos de IMT (...) As aquisições de prédios rústicos que se destinem à primeira instalação de jovens agricultores candidatos aos apoios previstos no Decreto-Lei n.º 81/91, de 18 de fevereiro, ainda que operadas em épocas diferentes, até ao valor previsto no artigo 9.º (que é de € 92.407,00), independentemente do valor sobre que incidiria o imposto ultrapassar aquele limite”*. -----

O citado Decreto-Lei n.º 81/91, de 18 de fevereiro, estabelece o regime de apoios aos investimentos nas explorações agrícolas. -----

Para efeitos de reconhecimento das isenções de IMT determina o art.º 10º do CIMT o seguinte: -----

*“1. As isenções são reconhecidas a requerimento dos interessados, a apresentar antes do ato ou contrato que originou a transmissão junto dos serviços competentes para a decisão, mas sempre antes da liquidação que seria de efetuar.* -----

*2. O pedido a que se refere o n.º 1 deve, quando for caso disso, conter a identificação e descrição dos bens, bem como o fim a que se destinam, e ser acompanhado dos documentos para demonstrar os pressupostos da isenção, designadamente:* -----

*a) No caso a que se refere a alínea b) do artigo 6.º, de documento emitido pelo organismo competente do Ministério dos Negócios Estrangeiros comprovativo do destino dos bens, bem como da existência de reciprocidade de tratamento;* -----

*b) Nos casos a que se referem as alíneas d), e) e f) do artigo 6.º, de documento comprovativo da qualidade do adquirente e de certidão ou cópia autenticada da*

deliberação sobre a aquisição onerosa dos bens, da qual conste expressa e concretamente o destino destes; -----

c) No caso a que se refere a alínea g) do artigo 6.º, de documento emitido pelas entidades competentes; -----

d) Nos casos a que se referem as alíneas h), i) e l) do artigo 6.º, de documento comprovativo da qualidade do adquirente e certidão ou cópia autenticada da deliberação sobre a aquisição onerosa dos bens, da qual conste expressa e concretamente o destino destes; -----

e) No caso a que se refere a alínea j) do artigo 6.º, cópia dos documentos de candidatura aos apoios previstos no Decreto-Lei n.º 81/91, de 19 de fevereiro. -----

3. As isenções a que se referem as alíneas h), i), j) e l) do artigo 6.º só serão reconhecidas se a câmara municipal competente comprovar previamente que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, a Direcção-Geral dos Impostos solicita à câmara municipal competente a emissão do parecer vinculativo. -----

5. Nos casos referidos no n.º 2, a Direcção-Geral dos Impostos poderá ouvir os serviços competentes dos ministérios que superintendem nas respetivas atividades. -----

6. São de reconhecimento prévio, por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças sobre informação e parecer da Autoridade Tributária e Aduaneira, as seguintes isenções: -----

a) As previstas na alínea b) do Artigo 6.º; -----

b) As previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 8.º, desde que o valor que serviria de base à liquidação do IMT, caso este fosse devido, apurado nos termos da regra 5.º do artigo 12.º, seja superior a € 300.000; -----

c) As estabelecidas em legislação extravagante ao presente código, cuja competência, nos termos dos respetivos diplomas, seja expressamente atribuída ao Ministro das Finanças. -----

7. São de reconhecimento prévio, por despacho do diretor-geral dos impostos sobre informação dos serviços competentes, as seguintes isenções: -----

a) As previstas nas alíneas f), h), i), j) e l) do artigo 6.º; -----

b) As estabelecidas em legislação extravagante ao presente Código, cuja competência, nos termos dos respetivos diplomas, seja expressamente atribuída ao diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

8 - São de reconhecimento automático, competindo a sua verificação e declaração ao serviço de finanças onde for apresentada a declaração prevista no n.º 1 do artigo 19.º, as seguintes isenções: -----

a) As previstas nas alíneas a), c), d), e) e g) do artigo 6.º, no artigo 7.º e nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 8.º, desde que o valor que serviria de base à liquidação do IMT, caso este fosse devido, apurado nos termos da regra 5.º do artigo 12.º, seja igual ou inferior a (euro) 300 000; -----

b) As previstas no artigo 9.º; -----

c) As estabelecidas nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; -----

d) As isenções de reconhecimento automático constantes de legislação extravagante ao presente código. -----

9 - Os serviços da Direção-Geral dos Impostos competentes para informar os pedidos de isenção poderão ouvir os organismos que superintendem nas atividades em que os requerentes se integram sempre que tal se revele necessário para a adequada proposta de decisão. -----



10 - Não obstante o disposto na alínea b) do n.º 6, para as situações aí previstas, o requerente pode obter a suspensão do pagamento do imposto nos casos em que a dação em cumprimento tenha sido efetuada por devedor pessoa singular, desde que entregue o requerimento a solicitar a respetiva isenção devidamente instruído conjuntamente com a declaração referida no n.º 1 do Artigo 19.º -----

11 - A emissão da declaração de isenção a que se refere o número anterior compete ao serviço de finanças onde for apresentada a declaração referida no n.º 1 do Artigo 19.º

12 - Se a isenção a que se refere o n.º 10 não vier a ser objeto de reconhecimento, ao imposto devido são acrescidos juros compensatórios, nos termos do Artigo 35.º da lei geral tributária, pelo prazo máximo de 180 dias”. -----

Analisado o pedido apresentado, verifica-se que: -----

1) Foi, em 30/05/2018, celebrado contrato-promessa de compra e venda dos prédios rústicos inscritos nas respetivas matrizes prediais, da freguesia de Cuba, sob os artigos 78, Secção K, e 69, Secção K, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Cuba, sob, respetivamente, os números 1735 e 1736, pelo preço total de € 95.000,00; -----

2) Foi apresentado comprovativo de submissão de candidatura aos apoios previstos – projeto submetido PDR2020-312-048802, no âmbito do programa de apoio ao investimento PDR2020, medida 3.1.2 – Investimento de Jovens Agricultores na exploração + Jovens Agricultores, Anúncio 02/Ação 3.1.2/2018 (esclarece-se que o promitente vendedor, Sr. Eduardo Lopes Silveiro, é procurador da proprietária do prédio, Srª. D. Carla Sofia Vieira Silveiro, conforme esclarecimento anexo). -----

Assim, parece-nos que estão preenchidos os requisitos para emissão pela Câmara Municipal do parecer prévio vinculativo para efeitos de reconhecimento da isenção de IMT na aquisição dos prédios rústicos acima identificados pelo jovem agricultor requerente – João Pedro Carvalho Amado. -----

Mais se informa que a taxa de IMT a aplicar às aquisições de prédios rústicos é de 5%, conforme impõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 17.º do CIMT. -----

Deste modo, tendo em conta que o valor a isentar no tocante aos prédios rústicos adquiridos por jovens agricultores tem o limite legal de € 92.407,00, e que o valor dos

H. i.  
Noe  
H. i.  
H. i.

prédios a adquirir é de € 95.000,00, a isenção de IMT recai sobre o valor limite de € 92.407,00, mas está sujeita a pagamento de IMT a diferença entre esses 2 valores, que é de € 2.593,00. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo aos valores envolvidos, ao quadro de financiamento para este tipo de projectos e à pouca informação que é prestada à Câmara para que se possa aferir a mais-valia do projecto para o concelho, deliberou emitir parecer desfavorável à isenção do pagamento do IMT .

**8. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL CORRESPONDENTE AO CONCELHO DE CUBA. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2019. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 16/2018, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

A título preliminar, e para que esta matéria possa ser assimilada em tempo oportuno quer pelos membros do executivo camarário, quer pelos deputados da Assembleia Municipal, relembra-se que em 16 de agosto de 2018 foi publicada a Lei n.º 51/2018, que procede a uma alteração relevante à Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, cuja entrada em vigor ocorrerá em 01 de janeiro de 2019.--

A sua análise é relevante porque alguns paradigmas da redistribuição financeira da riqueza gerada no país entre o Estado e a Autarquias Locais vão ser alterados. -----

Ainda assim, no que diz respeito especificamente às regras de redistribuição do IRS, as alterações são irrelevantes e falaremos delas em momento posterior. -----

Para agora e para a deliberação que se vai tomar atentemo-nos na redação da lei em ainda vigor. -----

Importa analisar e deliberar sobre a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial correspondente ao concelho de Cuba, em sintonia com o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. No que à participação no IRS diz respeito importa trazer à colação o art.º 26.º da atual lei, que determina: -----



Artigo 26.º

Participação variável no IRS

1 — Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º. -----

2 — A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

3 — A ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios. -----

4 — Nas situações referidas no número anterior, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes. -----

5 — A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município. -----

6 — Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.



7 — O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto. -----

Relembra-se que na Lei das Finanças Locais surge o montante a deduzir que deverá ser afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social e sobre esta matéria determina o art.º 69.º do mesmo diploma legal que: -----

#### Artigo 69.º

##### Transferências do Orçamento do Estado

1 — As entidades intermunicipais recebem transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente a:

- a) 1 % do FEF dos municípios que integram a respetiva área metropolitana;
- b) 0,5 % do FEF dos municípios que integram a respetiva comunidade intermunicipal.

2 — Ao disposto no número anterior acresce um montante para distribuição em função do ISDR resultante da dedução de 0,25 % do montante do FEF, determinado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e de 0,25 % do montante que caiba a cada município por via da participação variável de IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º.

Ora, daqui resultou que, em sintonia com o n.º 2 do artigo em cima transcrito 0,25% do montante que nos caiba em sede de IRS será para afetar diretamente do Orçamento de Estado para a Comunidade Intermunicipal à qual pertencemos em função de determinados resultados que a mesma deve atingir. -----

Para melhor perceber como se atingem os montantes referidos no parágrafo anterior, e porque a atual Lei das Finanças Locais alterou a redistribuição das receitas geradas no país no que à parte da Administração Local Autárquica diz respeito quando comparada com a Administração Central, será oportuno transcrever o art.º 25.º da mesma lei que determina: -----

#### Artigo 25.º

##### Repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios

1 — A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, é obtida através das seguintes formas de participação: -----

a) Uma subvenção geral, determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cujo valor é igual a 19,5 % da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o IRC e imposto sobre o valor acrescentado (IVA), deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º; -----

b) Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios; -----

c) Uma participação variável de 5 % no IRS, determinada nos termos do artigo 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. -----

A exemplo da explanação dos anos transatos, para percebermos do que falamos quando mencionamos que o município terá direito a uma participação de até 5% no IRS, será pertinente apresentar a fórmula do IRS, que embora algo complicada, assenta essencialmente na seguinte forma: -----

Rendimento bruto de cada categoria menos as deduções específicas de cada categoria que irão dar o rendimento global líquido. Desse resultado divide-se por 1 (se se for solteiro) ou por 2 (se se for casado) obtendo-se assim o rendimento colectável corrigido. Este resultado multiplicar-se-á por uma determinada taxa de imposto (consoante o rendimento colectável), reduzindo-se então para um determinado valor (parcela a abater), obtendo-se assim um apuramento do imposto. Multiplica-se por 1 ou 2 (consoante o estado civil) resultando a colecta total. Abatem-se as deduções à colecta (determinadas despesas) resultando a colecta líquida, referida no art.º 19.º da Lei das Finanças Locais, relevante para a situação sub judice. -----

As deduções à colecta, a que o legislador faz referência são as seguintes:

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name "Nae" and other illegible signatures.

Artigo 78.º

Deduções à colecta

1- À colecta são efectuadas, nos termos dos artigos subsequentes, as seguintes deduções relativas:

- a) Aos sujeitos passivos, seus dependentes e ascendentes;
- b) Às despesas de saúde;
- c) Às despesas de educação e formação;
- d) Às importâncias respeitantes a pensões de alimentos;
- e) Aos encargos com lares;
- f) Aos encargos com imóveis;
- g) Aos encargos com prémios de seguros de vida previstos no artigo 87.º
- h) Às pessoas com deficiência;
- i) À dupla tributação internacional;
- j) Aos benefícios fiscais.

...

Anunciadas as questões de ordem técnico/teóricas que têm a finalidade de dar a conhecer como se atingem os montantes a arrecadar, pragmaticamente o que importa reter é o seguinte: -----

Com referência aos últimos oito anos, a taxa aplicada pelo município de Cuba e os montantes recebidos foram os seguintes: -----

. ano de 2009 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 113.452€;

. ano de 2010 – taxa aplicada: 3,00% / montante arrecadado: 97.723€;

+1-  
[Handwritten signature]  
NoR  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]



- . ano de 2011 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 62.237€;
- . ano de 2012 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 100.524€;
- . ano de 2013 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 100.524€;
- . ano de 2014 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 102.221€;
- . ano de 2015 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 138.745€;
- . ano de 2016 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 139.000€;
- . ano de 2017 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 138.242€;

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "Noel" and several illegible signatures.

Regista-se que, em regra, a taxa definida tem efeitos ao ano subsequente à comunicação. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga, à semelhança da posição tomada o ano passado, propôs a redução do valor para 4,5%. Disse: “Bem sabemos que estamos a falar de valores muito reduzidos a devolver aos nossos contribuintes mas até mais importante do que isso seria mostrar a preocupação do município em reduzir algo da elevadíssima carga fiscal a que todos estamos sujeitos e cujo esforço pedido aos cidadãos nem sempre é bem explicado pelo poder político.”-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não compete aos municípios praticar uma política fiscal mas sim ao governo e se hoje os impostos são elevadíssimos a responsabilidade não é das autarquias. No que diz respeito à participação variável no IRS a taxa máxima de 5% corresponde a um valor que foi retirado aos orçamentos das Câmaras municipais. Abdicar desta receita seria ficar em piores condições para prestar um serviço às populações. Reduzir o IRS percentualmente de forma igual para todos seria beneficiar aqueles que têm rendimentos mais elevados contribuindo ainda mais para as desigualdades que já existem. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, deliberou: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor um valor para a taxa em causa de 5,00% da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em novembro de 2018, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria; -----

a.3) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro. -----

#### **9. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL E NÃO ISENTADO DE IRC – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2019. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 18/2018, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

Antes de mais, e a exemplo do que foi referido a propósito do IRS, para que esta matéria possa ser assimilada em tempo oportuno quer pelos membros do executivo camarário, quer pelos deputados da Assembleia Municipal, relembra-se que em 16 de agosto de 2018 foi publicada a Lei n.º 51/2018, que procede a uma alteração relevante à Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, cuja entrada em vigor ocorrerá em 01 de janeiro de 2019. -----

O novo art.º 18.º que regula a Derrama traz-nos algumas alterações que importará analisar, mas que terão efeitos práticos apenas em 2019. -----

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the word "Nob" and a signature.

Assim sendo, a exemplo da participação no IRS, também em relação às pessoas coletivas e aos eventuais lucros que possam vir a gerar no concelho, deve o Município equacionar a possibilidade de lançar uma derrama. -----

A derrama é uma potencial receita municipal (tributo assente num imposto) e está diretamente associada ao IRC e aos eventuais lucros de uma empresa sediada no concelho, e em algumas situações, também sobre empresas que não estando aqui sediadas possuem no concelho um estabelecimento estável ou uma representação local. -----

No que ao lançamento da Derrama importa trazer à colação o art.º 18.º da atual Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que determina: -----

#### *Artigo 18.º*

##### *Derrama*

*1— Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----*

*2— Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria colectável superior a € 50 000, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.*

*3— Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50 % da exploração de recursos naturais que tornem inadequados os critérios estabelecidos nos números anteriores, podem os municípios interessados, a título excepcional, propor,*

Handwritten notes and signatures in blue ink. At the top right, there is a signature and the word "Nº 19". Below it, another signature is visible. To the right of the main text, there is a large, stylized signature that appears to be "Nº 19" followed by a flourish.



*fundamentadamente, a fixação de um critério específico de repartição da derrama, o qual, após audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados, é fixado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais.* -----

4— *A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150 000.* -----

5— *Nos casos não abrangidos pelo n.º 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direcção efectiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 117.º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.* -----

6— *Entende-se por massa salarial o valor das despesas efectuadas com o pessoal e escrituradas no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.* -----

7— *Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos a massa salarial correspondente a cada município e efectuam o apuramento da derrama que seja devida.* -----

8— *A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via electrónica pela câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.* -----

9— *Caso a comunicação a que se refere o número anterior seja recebida para além do prazo nele estabelecido, não há lugar à liquidação e cobrança da derrama.* -----

10— *O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respectivo apuramento pela Direcção-Geral dos Impostos.* -----

A exemplo do IRS, também a Derrama no caso específico do município de Cuba não é uma receita principal, tem uma relevância pouco acentuada nas finanças do município visto atingir valores que, em regra, não ultrapassam 1/10 da receita de IRS. Ainda assim,

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin. At the top, there is a small diagram with a horizontal line and an arrow pointing right. Below it, there are several signatures, including one that appears to be "Nee" and another that looks like "Julo".

na conjuntura atual é uma receita que não pode ser descurada, realçando que o peso que terá sobre o tecido empresarial é de tal forma pouco significativo que em nada obstará à fixação e manutenção de empresas no concelho, que poderão ser beneficiadas com outros mecanismos mais apelativos. -----

Por julgarmos pertinente em função da destrição efetuadas entre as empresas previstas no n.º 2 e no n.º 5 do art.º 18.º em cima transcrito, trazemos também à colação o art.º 15.º do Código do IRC que define o que é matéria colectável, a saber: -----

#### *Artigo 15.º*

##### *Definição da matéria colectável*

##### *1 - Para efeitos deste Código:*

*a) Relativamente às pessoas colectivas e entidades referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, a matéria colectável obtém-se pela dedução ao lucro tributável, determinado nos termos dos artigos 17.º e seguintes, dos montantes correspondentes a:*

*a.1) Prejuízos fiscais, nos termos do artigo 52.º;*

*a.2) Benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele lucro;*

*b) Relativamente às pessoas colectivas e entidades referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, a matéria colectável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do artigo 53.º, dos seguintes montantes:*

*b.1) Gastos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos, nos termos do artigo 54.º;*

*b.2) Benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele rendimento;*

Handwritten notes and signatures in blue ink. At the top, there is a signature and the word "Noes" written vertically. Below it, there is another signature and the word "Gelo" written vertically. At the bottom, there is a signature and the word "Zal" written vertically.

c) *Relativamente às entidades não residentes com estabelecimento estável em território português, a matéria colectável obtém-se pela dedução ao lucro tributável imputável a esse estabelecimento, determinado nos termos do artigo 55.º, dos montantes correspondentes a:*

c.1) *Prejuízos fiscais imputáveis a esse estabelecimento estável, nos termos do artigo 52.º, com as necessárias adaptações, bem como os anteriores à cessação de actividade por virtude de deixarem de situar-se em território português a sede e a direcção efectiva, na medida em que correspondam aos elementos patrimoniais afectos e desde que seja obtida a autorização do director - geral dos impostos mediante requerimento dos interessados entregue até ao fim do mês seguinte ao da data da cessação de actividade, em que se demonstre aquela correspondência;*

c.2) *Benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele lucro;*

d) *Relativamente às entidades não residentes que obtenham em território português rendimentos não imputáveis a estabelecimento estável aí situado, a matéria colectável é constituída pelos rendimentos das várias categorias e, bem assim, pelos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do artigo 56.º;*

2 - *Quando haja lugar à determinação do lucro tributável por métodos indirectos, nos termos dos artigos 57.º e seguintes, o disposto nas alíneas a), b) e c) do número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações.*

3 - *O disposto nos artigos 63.º e seguintes é aplicável, quando for caso disso, na determinação da matéria colectável das pessoas colectivas e outras entidades referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1.*

Anunciadas as questões de ordem técnico/teóricas que têm a finalidade de dar a conhecer como se atingem os montantes a arrecadar, pragmaticamente o que importa reter é o seguinte: -----

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "NoeR" and "Helo".



Com referência aos últimos oito anos, a taxa aplicada pelo município de Cuba e os montantes recebidos foram os seguintes: -----

- . ano de 2008 – taxa aplicada: 1,00% / montante arrecadado: 24.346,02 €;
- . ano de 2009 – taxa aplicada: 0,50% / montante arrecadado: 9.858,35 €;
- . ano de 2010 – taxa aplicada: 0,50% / montante arrecadado: 11.277,22 €;
- . ano de 2011 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 11.139,19 €;
- . ano de 2012 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 12.011,68 €;
- . ano de 2013 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 19.310,90 €;
- . ano de 2014 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 3.843,14 €;
- . ano de 2015 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 30.634,85 €;

. ano de 2016:

- taxa aplicada: 1,50%;
- taxa reduzida de 1,00%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;
- montante arrecadado: 79.864,85 €;

. ano de 2017:

- taxa aplicada: 1,50%;
- taxa reduzida de 1,00%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;
- montante arrecadado: 31.529,03 €;

Regista-se para os efeitos julgados pertinentes que a receita arrecada até ao momento no que concerne ao ano de 2018 atingiu o montante de 46.722,86€.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor o lançamento de derrama para o ano de 2019 de 1,50% sobre o lucro tributável e não isento da colecta líquida do IRC pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) - Em sintonia com o n.º 4 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor o lançamento de derrama reduzida para o ano de 2019 de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€ sobre o lucro tributável e não isento da colecta líquida do IRC pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.3) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em novembro de 2018, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria.

a.4) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro, em sintonia com o n.º 9 do art.º 18.º da Lei das Finanças Locais. -----

## **10. TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2019. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 19/2018, do Chefe da UAJDSCS, cujo teor se transcreve: -----

A exemplo dos exercícios anteriores com o aproximar do final do ano e com a necessidade de programar determinadas matérias para inscrição na proposta de Orçamento Municipal para o ano civil e económico de 2019, tem que ser tomada uma

posição sobre alguns impostos e taxas que, ainda que cobrados por entidades da Administração Central, ou por outros organismos com poderes tributários, são receitas municipais. -----

Atualmente esta matéria é deveras relevante, face à perda de receitas que gradualmente e anualmente vamos assistindo a nível municipal, sem que isso implique uma perda de atribuições ou competências, antes pelo contrário, o que leva à necessidade de uma meticulosa racionalidade na gestão desta matérias, sob pena de não dispormos de verbas suficientes para dar respostas àquelas que são as expectativas colocadas no poder local. -----

Entre esses tributos está a denominada Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, matéria regulada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação da Lei n.º 15/2016, de 16 de junho, determina que: -----

#### *Artigo 106.º*

##### *Taxas pelos direitos de passagem*

*1 - As taxas pelos direitos de passagem devem reflectir a necessidade de garantir a utilização óptima dos recursos e ser objectivamente justificadas, transparentes, não discriminatórias e proporcionadas relativamente ao fim a que se destinam, devendo, ainda, ter em conta os objectivos de regulação fixados no artigo 5.º*

*2 - Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais. -----*

*3 - A TMDP obedece aos seguintes princípios: -----*

*a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas*



que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;  
b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 /prct. -----

4 - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento. -----

5 - O Estado e as Regiões Autónomas não cobram às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público taxas ou quaisquer outros encargos pela implantação, passagem ou atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos físicos necessários à sua actividade, à superfície ou no subsolo, dos domínios público e privado do Estado e das Regiões Autónomas. -----

Não atingindo montantes consideráveis, nem em termos de receita, nem em sede de encargos para os utilizadores finais, porquanto numa fatura de 50€ o valor da taxa não excederá os 12 cêntimos, regista-se que esta receita, não sendo aplicada, acabará por beneficiar mais as operadoras do que os utilizadores finais, uma vez que aumenta a sua discricionariedade nas margens de lucro com que podem gerir a relação com o cliente.

Esta matéria tem vindo a ser aferida com maior pormenor por parte do município, registando-se aqui a receita obtidas nos últimos anos: -----

- 2008: 4,19€;

- 2009: 3,48€;

- 2010: 4,90€;

- 2011: 794,23€;

- 2012: 755,55€;

- 2013: 830,44€;

tn  
mp  
Noo  
Helo  
K  
A

- 2014: 822€;
- 2015: 888€;
- 2016: 1.552,16€;
- 2017: 2038,53€;
- No ano de 2018 quando falta arrecadar a receita referente aos meses de outubro a dezembro- 1.352,94€. -----

Realça-se o facto da fixação da taxa não operar de per si, mediante a comunicação à entidade reguladora sendo obrigatória, para que possa ser recebida é necessária a comunicação a todas as operadoras de telecomunicações a operar no concelho. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a.1) - Em sintonia com a alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor um valor para a taxa em causa no montante de 0,25% do valor da fatura; -----

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em setembro de 2016, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para aprovar as taxas do município e fixar os respetivos valor, que o legislador lhe atribuiu através da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

a.3) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica às entidades competentes até 31 de dezembro. -----

**11. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;. AS REGRAS PROVENIENTES DA AVALIAÇÃO GERAL DE PRÉDIOS URBANOS. APROVAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2019. -----**

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the word "Noel" written vertically.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 17/2018, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

Como já havia sido informado ao órgão executivo e ao órgão deliberativo em anos anteriores importa que seja fixada a taxa municipal sobre imóveis (IMI) a vigorar no próximo ano. -----

Neste contexto, importa recordar que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, mais precisamente no n.º 1 do art.º 112.º do diploma legal, determina: -----

#### Artigo 112º

##### Taxas

*1 - As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:*

*a) Prédios rústicos: 0,8%;*

*b) (Revogada.) (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)*

*c) Prédios urbanos - de 0,3% a 0,5%. (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)*

No n.º 5 do mesmo artigo é referido que:

*“Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia.” -----*

Nesse sentido, o Município sendo a taxa de IMI dos prédios rústicos uma taxa fixa de 0,8% e deixando de existir prédios urbanos anteriores à avaliação do IMI, apenas terá que deliberar sobre o valor da taxa prevista na alínea c), isto é, determinar para os prédios urbanos um montante entre 0,3% e 0,5%. -----

Por outro lado, regista-se o n.º 12 do mesmo artigo que enuncia: -----



12 — *As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção-Geral dos Impostos para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.* -----

Para que se possa contextualizar a questão em termos de volume financeiro e repercussão nas contas do município apresenta-se os montantes de IMI cobrados entre 2009 e 2018: -----

- . 2009: 216.544,21€;
- . 2010: 199.485,15€;
- . 2011: 210.011,53€;
- . 2012: 222.922,72€;
- . 2013: 236.195,50€;
- . 2014: 257.804,08€;
- . 2015: 284.287,99€
- . 2016: 241.833,22€
- . 2017: 254.133,75€
- . 2018: 243.877,03€ (ano ainda não encerrado)

O Sr. Presidente da Câmara propôs o valor de 0,34%, baixando relativamente ao valor aplicado o ano passado que foi de 0,35%.

O Sr. Vereador Luís Barriga disse: “na sequência da proposta que apresentámos para considerar no orçamento de 2019 achamos que se deveria repor a taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,30%, uma vez que a subida verificada no ano anterior foi fundamentada de forma pouco convincente e para algo que nos foi aqui dito e que não se notou, designadamente o aumento do investimento nas escolas do concelho.

Aumentou-se assim o IMI apenas como forma de subir as receitas do município mais uma vez à custa dos contribuintes e sem que tal se justificasse. Estamos convencidos que até final do mandato esta maioria irá baixar esta taxa de IMI para os 0,30%, mas aí estaremos nós a afirmar que o nosso esforço e persistência deram finalmente resultados.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que os resultados do PS já são conhecidos dos Cubenses no que toca ao esforço e à persistência para fixar a taxa de IMI, em virtude dos anos em que esteve a gerir o município. A taxa de IMI foi sempre superior à actual taxa apenas tendo optado pela taxa de 0,30% no ano de 2013, ano de eleições autárquicas. Por este motivo, o histórico do concelho de Cuba comprova que com a CDU se paga menos impostos, apesar dos vereadores quererem passar uma esponja naquilo que foi a gestão do PS. Para este ano propõe-se uma redução da taxa do IMI. É um pequeno sinal, um sinal de descida que o vereador Luís barriga pedia no ponto do IRS mas não admite no ponto do IMI e pede a taxa mínima, que como já referi, o PS nunca aplicou. Sobre o investimento nas escolas aquilo que foi afirmado será cumprido e o investimento será realizado no ano de 2019, que de acordo com a informação prestada pelos serviços será a data em que as verbas provenientes do IMI darão entrada na Câmara.

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que as taxas de IMI aplicadas no passado foram decididas por quem tinha essas responsabilidades e o PS pela sua parte já foi avaliado por tudo o que fez. Será também importante lembrar que há alguns anos atrás houve alteração na legislação e nas escalas e percentagens a cobrar pelo IMI, pelo que, nem sempre taxas maiores corresponderam a maior arrecadação de imposto.

O Sr. Presidente deixou uma nota: "apesar dessa alteração à legislação as percentagens aprovadas pelo PS foram sempre superiores às atuais e sendo superiores às atuais não podemos deixar de dizer que, relativamente ao IMI, o PS no concelho de Cuba fixou sempre taxas superiores enquanto esteve a gerir a autarquia, agora na oposição tem uma posição diferente. -----

HA-  
NOR  
Barriga  
X  
A

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, deliberou: -----

1.º- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea ccc) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à legitimidade para apresentar propostas à Assembleia Municipal e para que aquele órgão possa determinar as taxas de IMI a cobrar em 2017, em sintonia com as competências que lhe são atribuídas pelo n.º 5 do art. 112.º do CIMI, aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro na sua redação atual, propor o seguinte: -----

1.1 - Que a taxa do imposto municipal sobre imóveis a cobrar no concelho de Cuba no ano de 2019, a que faz referência a alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º em cima enunciado seja a seguinte: -----

c) Prédios urbanos: 0,34% (varia entre 0,3% a 0,5%). -----

1.2 - Em função das medidas proactivas de Reabilitação Urbana aprovadas recentemente com o PERU da Vila de Cuba, importa lançar mão dos mecanismos que permitem influenciar as situações em que os proprietários nem vendem, nem recuperam e, em sintonia com o n.º 8 do citado art.º 112.º que enuncia: -----

*“ 8 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.”*

Determinar propor à Assembleia Municipal que, na freguesia de Cuba, e em relação à listagem de prédios que a Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo, deverá fazer chegar à Reunião de Câmara de 24 de outubro de 2018, impreterivelmente, que seja aplicada uma majoração da taxa em 30% por força do adiantando estado de degradação desses mesmos imóveis, apenas ficando de fora os casos em que a falta de recuperação resulte de manifestas dificuldades sociais dos proprietários, devidamente comprovadas com parecer social; -----



1.3 – Registrar que a taxa para os prédios rústicos é uma taxa fixa de 0,8% sobre a qual a autarquia não tem qualquer competência discricionária de modificação; -----

2.º - Que o assunto seja remetido para a sessão da Assembleia Municipal que terá lugar em novembro de 2018; -----

3.º – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 30 de novembro, conforme determinado no n.º 14 do art.º 112.º do CIMI. -----

## 12. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS. -----

Foi presente à Câmara um documento contendo a informação de enquadramento e tramitação do procedimento em causa: -----

### **Competência:**

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso da competência a que se refere a alínea a) do nº 1 do artº. 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do nº 1 do artº. 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e em cumprimento do nº 1 do artº. 36º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), determina que se dê início a procedimento de contratação para aquisição de serviços na área de seguros. -----

### **Objecto do procedimento:**

Pretende-se a aquisição de serviços na área de seguros nas condições discriminadas no caderno de encargos anexo. -----

### **Fundamentação sobre a escolha do procedimento:**

Não obstante o valor do contrato a celebrar, nos termos do art.º 17.º do CCP, não ultrapassar os € 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos euros), determina-se a escolha do procedimento de consulta prévia com convite a 3 entidades, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP. -----

### **Peças do procedimento**

O presente procedimento é, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP, constituído pelas seguintes peças, que se anexam, e que desde já são aprovadas: -----

a) Convite;

b) Caderno de encargos, elaborado nos termos do n.º 2 do art.º 42.º do CCP.

### **Cumprimento do disposto no art.º 61.º do Orçamento de Estado para o ano de 2018:**

A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2018 (doravante OE/2018), determina no n.º 1 do art.º 61.º que, os valores gastos com contratos de aquisição de serviços que, em 2018, venham a renovar-se ou celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017, não podem ultrapassar os valores dos gastos desse ano (considerando aqui o valor total agregado dos contratos que a mesma contraparte tenha prestado) ou o preço unitário (caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha serviço de base ao cálculos dos gastos em 2017). -----

No ano transato foi celebrado contrato com idêntico objeto pelo valor de € 45.075,30.

Porém, o preço base do contrato que ora se pretende celebrar é de € 48.500,00, portanto, superior ao valor gasto em 2017. Tal facto resulta do aumento da taxa de sinistralidade verificado em 2017, que foi de 109,42% (mais de 90,97% que em 2016).

Nesta conformidade, atendendo a que o aumento da taxa de sinistralidade de 2017 se deveu a um acidente de trabalho, e por se tratar de uma situação excecional, autorizo, nos termos do disposto no n.º 3 do citado art.º 61.º, a dispensa do cumprimento do n.º

1 desse mesmo artigo, motivo pelo qual pode ser aberto o presente procedimento pelo preço base de € 48.500,00.' -----

**Assunção de encargos plurianuais:**

Atendendo ao facto de o contrato que se pretende celebrar ter um período de execução de 1 ano, o qual abarcará dois anos económicos distintos (2018 e 2019), deve a Assembleia Municipal de Cuba, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artº. 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes desta prestação de serviços. -----

**Júri do procedimento:**

Ao abrigo do disposto no nº 1 do artº. 67º do CCP, determino que o Júri do presente procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior;

Vogais suplentes: Ana Paula Nascimento Vilela Duarte, Técnica Superior;

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior.

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Vitor Manuel Parreira Fialho. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, deliberou apresentá-lo à Assembleia Municipal para autorização do compromisso plurianual dele resultante, nos termos atrás enunciados. -----



**13. VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO INTERNO – REGIMES DE DURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE HORÁRIOS DE TRABALHO. -----**

Na sequência da informação n.º 19/2018, em que foi apresentada a proposta de Regulamento Interno – Regime, duração, organização e prestação de trabalho, cumpre-nos agora apresentar a proposta de versão final, na sequência de não se terem registadas sugestões, após o período de audição prevista no número 2 do art. 75º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e a respetiva divulgação junto dos trabalhadores. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou: -----

- 1) Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 33º, n.º 1, alínea k), atendendo ao facto de parte das matérias insertas no regulamento interno dos regimes de duração, organização de prestação e horário de trabalho, serem da competência exclusiva da Câmara Municipal, aprovar a versão final do Regulamento Interno de regimes de Duração, Organização e Prestação e Horários de Trabalho; -----
- 2) Após a provação final, se divulgue junto dos trabalhadores, pelos meios que se julgarem convenientes; -----
- 3) Se determine que a entrada em vigor do mesmo, será no dia seguinte à aprovação, nomeadamente 11/10/2018. -----

**14. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. PEDIDO DE APOIO EXTRAORDINÁRIO VISANDO A REPARAÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA. REGISTO DE QUE FOI PROFERIDO DESPACHO POR PARTE DO VICE-PRESIDENTE FACE À URGÊNCIA EM SOLUCIONAR A QUESTÃO. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO SUPRACITADO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----**

Foi presente à UAJDCS para emissão de parecer a missiva dos Bombeiros Voluntários de Cuba, datada de 3.10.2018, onde é solicitado um pedido de apoio extraordinário no valor de 1.250€ para que se pudesse proceder com urgência à reparação de uma das ambulâncias da corporação, em conformidade com orçamento que está anexo ao documento principal. Vide anexo I.

Antes de mais, importa contextualizar o porquê do assunto ter sido decidido em primeira instância pelo Vice-Presidente da Câmara. -----

Como é consabido o Presidente da Câmara acumula as suas funções com o cargo de Presidente da Direção daquela Associação Humanitária, razão pela qual, em nossa opinião, fica abrangido pelo art.º 69.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que estipula:

*Das garantias de imparcialidade*

*Artigo 69.º*

*Casos de impedimento*

*1 - Salvo o disposto no n.º 2, os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos:*

*a) Quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa;*

Ora, para ultrapassar tal questão deveremos considerar o impedimento do Sr. Presidente da Câmara e lançar mão do mecanismo legal que permite suprir esta ausência de órgão habilitado para a decisão. Sobre esta temática dispõe a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na parte dos seus normativos que se mantêm em vigor, designadamente o n.º 3 do art.º 57.º que dispõe da seguinte forma:

*Artigo 57.º*

*Composição*

...

*3 — O presidente designa, de entre os vereadores, o vice-presidente, a quem, para além de outras funções que lhe sejam distribuídas, cabe substituir o primeiro nas suas faltas e impedimentos.*

Ultrapassada esta questão, debrucemo-nos sobre o pedido em concreto, onde é solicitado o apoio monetário extraordinário.

No protocolo celebrado entre as partes para vigorar no ano de 2018, aprovado em reunião de câmara de 31 de janeiro de 2018, a situação não está contemplada, tendo pois que se recorrer a uma decisão extraordinária, fazendo uso da alínea o) do art.º 33.º

da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, onde o legislador determinou que compete à Câmara:

*Artigo 33.º*

*Competências materiais*

*1 - Compete à câmara municipal:*

...

*o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;*

Assim sendo, e uma vez que em função da urgência na decisão o Vice-Presidente já proferiu despacho de deferimento, deve esse seu ato ser presente à reunião de câmara subsequente à sua prática para ali poder ser ratificado em conformidade com o n.º 3 do art.º 35.º d diploma em cima enunciado que estipula:

*Artigo 35.º*

*Competências do presidente da câmara municipal*

...

*3 - Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.*

...

A Câmara, por maioria, por impedimento do Sr. Presidente da Câmara, face ao cargo que ocupa na Associação, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, existindo cabimento, compromisso e fundos disponíveis, deliberou ratificar a decisão urgente do Vice-Presidente da Câmara, tomada na sequência do impedimento do Presidente da Câmara, que determinou a atribuição da verba de 1.250€ (mil e duzentos e cinquenta euros) aos Bombeiros Voluntários de Cuba, para que se pudesse proceder à reparação



de uma das ambulâncias da corporação. -----

**15. CENÁRIOAGOSTO UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----**

Solicita a empresa Cenárioagosto Unipessoal, Lda, a emissão de licença especial de ruído para a realização de um espetáculo de Karaoke, no horário compreendido entre as 21,00 H do dia 12 de outubro e as 04,00 H do dia seguinte, na Adega da Lua. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 197/2018, da Subunidade Administrativa, deliberou, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, conceder a licença especial de ruído até às 2,00 horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído. -----

Mais deliberou a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

**16. JOSÉ ANTÓNIO PINTO FIDALGO. PEDIDO DE DESTAQUE DE PARCELA. -----**

Solicita o requerente a possibilidade de poder proceder ao destaque de uma parcela no prédio urbano, art.º 531, da freguesia de Vila Ruiva. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação técnica deliberou emitir a certidão de destaque. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h 15m. -----

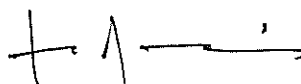




E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

N.R.  
J. Roque

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

